



# Gasolina e alimentos pressionam, e prévia da inflação sobe para 0,89%

**Governo libera R\$ 330 milhões para segurar preço do gás de cozinha**

Página 14

**Governo Federal suspende 3,5 milhões de multas por não pagar pedágio**

Página 14

O preço dos alimentos e dos combustíveis pressionaram o bolso do brasileiro em abril e fizeram a prévia da inflação do mês fechar em 0,89%. O resultado fica acima do apurado em abril (0,44%) e é o maior desde fevereiro (1,23%).

Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), co-

nhecido como prévia da inflação oficial, acumula 4,37%. Nos 12 meses terminados em março, o IPCA-15 estava em 3,9%.

Os dados foram divulgados na terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para chegar à prévia da inflação do mês, o IBGE pesquisou o preço de nove grupos de produtos e serviços. Página 3

**Municípios paulistas recebem R\$ 1,7 bi em repasse de ICMS**

Página 2

**BB lança boleto com Pix automático para pagamentos recorrentes**

Página 3

**Fercomércio-RJ: redistribuição de royalties seria uma ameaça ao estado**

Página 13

**Embraer registra aumento de 22% em pedidos no primeiro trimestre**

Página 3

Na véspera do Dia do Trabalhador, Prefeitura de SP promove mutirão de emprego com mais de 3 mil vagas e salários de até R\$ 10.900

Com mais de 3 mil vagas de emprego em áreas como comércio, serviços e construção civil, a Prefeitura de São Paulo promove, na próxima quinta-feira (30), das 9h às 16h, na nova unidade central do Cate (Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo), na Rua Álvares Penteado, 203, o Contrata SP – Dia do Trabalho. Os salários variam entre R\$ 800 (aprendiz no setor administrativo) e R\$ 10.986 (engenheiro civil).

A seleção contempla oportunidades a partir do ensino fundamental, em cargos como eletricitista, jardineiro, auxiliar de logística, bilheteiro de transporte coletivo, atendente, copeiro, cozinheiro, operador de telemarketing, controlador de acesso, analista de marketing, técnico em nutrição e assistente de vendas, entre outros.

Para participar dos processos seletivos, os interessados devem se cadastrar no Portal Cate ou comparecer a uma das unidades da rede de atendimento ao trabalhador da capital até quarta-feira (29).

A convocação é feita pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, com base na pré-triagem realizada pela equipe técnica do Cate. Os candidatos são direcionados conforme o perfil das vagas, promovendo um melhor alinhamento entre empresas e trabalhadores. No dia da seleção, devem ser apresentados RG, CPF e carteira de trabalho (digital ou física). Na unidade, também é possível confeccionar e imprimir currículo com orientação dos profissionais.

A ação contará com empresas e equipes de recursos humanos, que adiantarão etapas do processo seletivo durante o Contrata SP. Durante o mutirão de emprego, os candidatos também poderão acessar o balcão de atendimento para consultar outras vagas cadastradas na rede.

No mês de maio, os trabalhadores da capital poderão participar de outros processos seletivos e atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Clique aqui e veja a programação completa. (Prefeitura de SP)

**DÓLAR**

Comercial  
Compra: 4,98  
Venda: 4,98

Turismo  
Compra: 5,01  
Venda: 5,19

**EURO**

Compra: 5,83  
Venda: 5,83

**Com o maior crédito rural da história, SP anuncia pacote de R\$ 455 milhões para o agro paulista**



Foto: Contrata SP

Página 2

**Esporte**

## Salas segura Piquet e vence a corrida principal da BRB Stock Pro Series

Em um domingo (26) de muito calor no Autódromo José Carlos Pace, em Interlagos, foi realizada a corrida principal da terceira etapa da temporada 2026 da BRB Stock Pro Series. Após conquistar a pole no sábado (25), Guilherme Salas, venceu pela sétima vez na categoria e segunda vez na temporada.

O piloto de 32 anos impôs um ritmo forte com seu Chevrolet Tracker desde o início e, mesmo com a pressão de Nelsinho Piquet, que também conduz um Tracker, soube administrar a vantagem para cruzar a linha de chegada na primeira posição. O filho do tricampeão de F-1 Nelson Piquet terminou em segundo, com Rubens Barrichello, de Mitsubishi, completando o pódio em terceiro.

Pilotando pela Valda Cavaleiro Sports, Salas reconhecera a velocidade do adversário, mas destacou a consistência ao longo da prova. “O Nelsinho estava muito rápido durante a corrida, mas no final consegui

encaixar um ritmo melhor para manter na frente. Foi uma prova muito disputada, e essa vitória é resultado do trabalho de toda a equipe”, comemorou.

Piquet, que andou no limite durante toda a corrida, valorizou o resultado. “Foi uma corrida muito intensa para a gente. Eu estava no limite o tempo todo, tentando acompanhar o Salas, mas a diferença entre os carros era mínima e não dava para chegar. Nem sempre dá para vencer, então o importante foi maximizar o resultado. O carro esteve muito bom o fim de semana inteiro, e esse segundo lugar é importante pensando no campeonato. Agora é seguir evoluindo e focar na briga pelo título”, contou.

Já Barrichello optou por uma estratégia mais conservadora, priorizando o campeonato. “Quando eu vi que os líderes estavam em ‘outra dimensão’, eu sabia que não ia conseguir brigar pela vitória. E por conta do lastro e das características de Interlagos com subidas e descidas, seria difícil chegar neles. Então fiz uma corri-



Largada da corrida principal da BRB Stock Pro Series em Interlagos

da mais cerebral, pensando em somar pontos para o campeonato. O resultado foi importante dentro desse contexto”, explicou.

**Como foi a corrida**

Salas largou bem, enquanto Barrichello partiu para o ataque sobre Piquet, que se defendeu com eficiência. No S do Senna, uma confusão envolvendo Léo Reis e Enzo Elias provocou a entrada do safety car. Reis, vence-

te Salas realizar sua parada ao final da volta dez. Piquet assumiu a liderança momentaneamente até parar na volta 13.

Após o ciclo de paradas, Salas retomou a ponta com vantagem confortável. A ordem dos cinco primeiros era Salas, Piquet, Barrichello, Suzuki e Fraga.

Salas chegou a abrir mais de três segundos, mas viu a diferença cair gradualmente nas voltas finais. Mesmo sob pressão de Piquet, o piloto administrou bem o ritmo para confirmar a vitória. Nelsinho foi o segundo e Barrichello, o terceiro.

Após três etapas, a BRB Stock Pro Series novamente apresenta uma grande disputa no campeonato de pilotos. Felipe Fraga se manteve na liderança da tabela, com 311 pontos somados, seguido por Rafael Suzuki (266) e Gabriel Casagrande (255).

A categoria volta a se reunir no final de semana dos dias 16 e 17 de maio, no Autódromo Internacional Ayrton Senna, em Goiânia-GO.

## EC Pinheiros garante o título geral do Troféu Adhemar Ferreira da Silva

O protagonismo dos clubes paulistas foi o grande enredo do Troféu Adhemar Ferreira da Silva Loterias Caixa de Atletismo 2026, disputado em Bragança Paulista. Liderado por uma campanha dominante do Esporte Clube Pinheiros — campeão geral e também nos naipes masculino e feminino, com ampla vantagem —, o atletismo de São Paulo demonstrou profundidade, qualidade técnica e uma impressionante coleção de resul-

tados expressivos, tanto no coletivo quanto no individual.

A equipe paulista dominou amplamente a competição, somando 440 pontos na classificação geral e assegurando também as primeiras colocações nos naipes masculino (232 pontos) e feminino (208 pontos), em uma campanha marcada pela consistência coletiva e por atuações individuais de destaque.

E não faltaram nomes de destaque entre os atletas dos clubes filiados à Federação Paulista de

Atletismo (FPA) no evento. Nas provas de velocidade, Ana Carolina Azevedo (EC Pinheiros) teve atuação de altíssimo nível ao vencer os 100 metros com recorde pessoal (11.11) e dominar também os 200 metros, nos quais marcou 22.66 nas semifinais — resultado que a coloca na liderança do ranking sul-americano em ambas as provas e entre as melhores marcas do mundo.

No masculino, Erik Cardoso (SESI) confirmou sua consistência ao vencer os 100 metros com 10.13, en-

quanto Lucas Conceição Vilar brilhou nos 200 metros com 20.33, novo recorde pessoal e desempenho de destaque continental, liderando os rankings sul-americano e brasileiro.

Nas provas de meio-fundo, Matheus Lima (EC Pinheiros) mostrou evolução ao voltar a correr na casa dos 44 segundos, vencendo os 400 metros rasos com 44.90 e se firmando entre os principais nomes da prova na América do Sul, onde ocupa a vice-liderança do ranking. Nos arremessos, Wellington

Morais, o “Maranhão”, também do EC Pinheiros, manteve alto nível de regularidade ao conquistar o ouro no arremesso de peso com 21.01 m, superando novamente a barreira dos 21 metros e confirmando sua excelente fase na temporada.

O conjunto dessas atuações reforça a hegemonia dos clubes paulistas no cenário nacional e evidenciam um momento extremamente positivo do atletismo brasileiro. Mais informações: www.atletismopaulista.com.br

# Municípios paulistas recebem R\$ 1,7 bi em repasse de ICMS

A Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo (Sefaz-SP) depositou, na terça-feira (28), R\$ 1,7 bilhão na conta dos 645 municípios paulistas. Esse é o quarto repasse referente ao mês, do ICMS arrecadado no período de 20 a 24 de abril, já com o desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A Sefaz-SP já havia repassado R\$ 1,97 bilhão aos municípios em três outras transferências realizadas em 7/4 e 14/4, relativos ao ICMS apurado nos períodos de 30/3 a 3/4, de 6 a 10/4, e de 13 a 17/4, respectivamente. Com o

depósito desta terça-feira (28), o valor acumulado em abril sobe para R\$ 3,67 bilhões.

Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais com base na aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM) definido para cada cidade.

No primeiro trimestre de 2026, o Governo Estadual realizou treze repasses semanais às cidades paulistas totalizando R\$ 11,56 bilhões do ICMS.

Os valores semanais transferidos aos municípios paulistas variam em função dos prazos de pagamento do imposto fixados no regulamento do ICMS. Depen-



Os valores correspondem a 25% da arrecadação do imposto, que são distribuídos às administrações municipais

do do mês, pode haver até cinco datas de repasses. As variações destes depósitos oscilam conforme o calendário mensal, os prazos de recolhimento e o volume dos recursos arrecadados.

A agenda de pagamentos está concentrada em até cinco períodos diferentes no mês, além de outros recolhimentos diários, como por exemplo, os relativos à liberação das operações com importações.

## Índice de Participação dos Municípios

Os repasses aos municípios são liberados de acordo com os respectivos Índices de Participação dos Municípios, conforme

determina a Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Em seu artigo 158, inciso IV está estabelecido que 25% do produto da arrecadação de ICMS pertence aos municípios, e 25% do montante transferido pela União ao Estado, referente ao Fundo de Exportação (artigo 159, inciso II e § 3º).

Os índices de participação dos municípios são apurados anualmente (artigo 3º, da LC 63/1990), para aplicação no exercício seguinte, observando os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 3.201, de 23/12/81, com alterações introduzidas pela Lei Estadual nº 8.510, de 29/12/93. (Governo de SP)

## CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

**CÂMARA (São Paulo)**  
Veredores(as) que se identificam como cristãos e são candidatos - pra ALESP e Câmara Deputados(as) - devem lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá que possam ser eleitos(as) em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**PREFEITURA (São Paulo)**  
Vice-prefeito (PL) que se identifica como cristão e talvez seja candidato - pra Câmara Deputados ou até ao Senado - deve lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá que possa ser eleito em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**ASSEMBLEIA (São Paulo)**  
Deputados(as) que se identificam como cristãos e são candidatos(as) - pela reeleição ou eleição pra Câmara Deputados(as) - devem lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá reeleições ou eleições em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**GOVERNO (São Paulo)**  
Governador (Republicanos) que se identifica como cristão e está candidato à reeleição - pra Governança no Estado - deve lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá que possa ser reeleito em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**CONGRESSO (Brasil)**  
Deputados(as) pelo Estado / São Paulo que se identificam como cristãos e são candidatos(as) à reeleição ou outras eleições devem lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá reeleições ou eleições em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**PRESIDÊNCIA (Brasil)**  
Presidente (PT) e vice (PSB) que se identificam como cristãos e são candidatos à reeleição - pra presidência / república - devem lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá que possam ser reeleitos em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**PARTIDOS (Brasil)**  
Dirigentes dos partidos políticos que se identificam como cristãos / cristãs e que são candidatos(as) pra cargos em disputa devem lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá reeleições e eleições em 2026 ... pela Honra às Éticas do Cristo

**JUSTIÇAS (Brasil)**  
Procurador de carreira que se identifica como cristão, pede votos no Senado pra se tornar ministro no Supremo. Ele deve lembrar que DEUS Concedeu Liberdades e Permitirá que seja eleito em 2026 ... pela Honra às Éticas e Justas Justiças do Cristo

**ANO 34**  
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X@cesarnetoreal

**cesar@jornalistacesarneto.com**

A PALAVRA - "A misericórdia, e a paz, e o amor vos sejam multiplicadas" Judas 1:2

## Jornal O DIA S. Paulo

**Administração e Redação**  
Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar - Bela Vista - SP  
CEP: 01332-030  
Filial: Curitiba / PR

**Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00**

**Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações**  
Fone: 3258-1822  
Periodicidade: Diária  
Exemplar do dia: R\$ 3,50

**Agências de notícias**  
Agência Brasil - EBC  
Notícias Agrícolas  
Folhapress

Governo de São Paulo  
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

**E-mail: contato@jornalodiasp.com.br**  
**Site: www.jornalodiasp.com.br**

## Com o maior crédito rural da história, SP anuncia pacote de R\$ 455 mi para o agro paulista

O Governo do Estado de São Paulo anunciou na terça-feira (28), em Ribeirão Preto, um pacote de R\$ 455 milhões em investimentos e medidas estruturantes para o fortalecimento do agro paulista. Os aportes foram apresentados pelo governador Tarcísio de Freitas durante encontro com prefeitos realizado na Agrishow. Desse montante, R\$ 400 milhões são destinados à ampliação do crédito rural, expansão do seguro agrícola e avanço da regularização fundiária, enquanto R\$ 55 milhões contemplam a entrega de maquinários agrícolas.

O principal destaque é a ampliação histórica dos recursos do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), que consolida o maior pacote de subvenção e crédito rural da história do Estado. Os recursos são direcionados a linhas de financiamento para produção, investimento e seguro rural, incluindo modalidades como FEAP Mulher e o programa Pró-Trator.

"Aproveitamos esse grande evento para mostrar nosso compromisso com o agronegócio paulista. Com o repasse recorde para o FEAP, mantemos um nível de crédito que garante segurança para o produtor rural, que vai poder contar com juros subvencionados, 20% mais baixos do que em outros programas de fomento para o agro. A questão do planejamento financeiro vai ajudar a organizar as próximas safras, com a compra de insumos, defensivos e fertilizantes, além de investimento em maquinários e irrigação", afirmou o governador.

O FEAP Mulher recebe o maior aporte desde a criação da linha, com R\$ 25 milhões destinados ao crédito para produtoras rurais. Durante o evento, o Governo também lançou a Câmara

Temática da Mulher do Agronegócio, que passa a integrar o conjunto de mais de 40 câmaras setoriais e temáticas da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, consolidando um espaço permanente de diálogo entre poder público, iniciativa privada e representantes do setor produtivo.

"Promover o protagonismo das mulheres no campo é uma prioridade da nossa gestão. Isso impulsiona o desenvolvimento do agronegócio no estado, com mais inclusão produtiva, geração de renda e dinamismo econômico", afirma o secretário de Agricultura e Abastecimento, Geraldo Melo Filho.

No seguro rural, serão destinados R\$ 100 milhões em subvenção ao prêmio, com expectativa de atender cerca de 20 mil apólices. A política amplia a proteção da produção agropecuária e fortalece a resiliência do setor, com potencial de até R\$ 18 bilhões em valor protegido. Já o Pró-Trator conta com R\$ 40 milhões em subvenção para aquisição de máquinas e equipamentos, com impacto estimado de aproximadamente 1.000 itens financiados.

Outro eixo central do conjunto de investimentos anunciados nesta terça é o avanço da política fundiária no estado, com a entrega de 42 títulos de regularização rural. A iniciativa reforça o maior programa de regularização fundiária da história de São Paulo, que já alcança mais de 5,3 mil títulos rurais entregues e cerca de 250 mil hectares regularizados, com 90% dos beneficiários entre pequenos e médios produtores.

O pacote também estabelece que o acesso às linhas de crédito, seguro e subvenções passa a exigir o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em andamento, alinhando o apoio ao produtor à

regularização ambiental.

Além do crédito e da regularização, o pacote inclui um conjunto de ações voltadas à modernização e competitividade do agro paulista. Entre os destaques estão a entrega de tratores por meio do programa Pró-Trator e a posse de 37 novos pesquisadores da APTA, fortalecendo a produção de ciência aplicada ao campo.

O Governo de São Paulo também distribuiu, por meio do programa Patrulha Rural, 177 máquinas e equipamentos a 174 municípios paulistas, fortalecendo a produção agropecuária. Foram beneficiadas as regiões de Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central, Franca, Itapeva, Marília, Metropolitana de São Paulo, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São José dos Campos e Sorocaba. Desde 2023, o governo paulista investiu R\$ 240 milhões na distribuição de 640 máquinas para 340 municípios.

Na ocasião também foram assinados os convênios com as 90 cidades premiadas pelo programa Município Agro em 2025, totalizando R\$ 6 milhões em repasses. Foram contempladas as regiões de Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Franca, Itapeva, Marília, Metropolitana de São Paulo, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba. O programa incentiva, por meio de mecanismos técnicos, o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas municipais para o setor agropecuário.

Também foram apresentadas iniciativas voltadas à inovação, sustentabilidade e fortalecimento da governança no campo, com atuação integrada de diferentes órgãos e instituições estaduais. Entre elas, o termo de permissão

de uso entre a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e a Fundação de Pesquisas Agroindustriais de Bebedouro (Fubap/Coopertrius), voltada à regularização do uso de área pública para implantação de um complexo de formação técnica, pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico, ampliando a capacitação de produtores e a difusão de inovação no setor.

No eixo ambiental, foi assinada resolução conjunta entre a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), com participação da Defesa Agropecuária e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), que organiza as competências para autorização do uso do fogo em práticas agrícolas, com maior rigor técnico e foco no controle de emergências fitossanitárias.

As ações também incluem o fortalecimento da prevenção a incêndios, por meio de iniciativa da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil em articulação com a SAA e o Itesp, que prevê a capacitação de produtores e assentamentos e a disponibilidade de equipamentos para combate inicial a focos, ampliando a capacidade de resposta nos territórios mais vulneráveis.

Complementando esse conjunto, a Semil, em parceria com o Itesp e com apoio do Fundo de Financiamento Climático do Estado de São Paulo (Finaclima-SP), avançou na implementação de projetos de restauração ecológica em assentamentos do Pontal do Paranapanema, com foco na recuperação de áreas protegidas, geração de renda e adoção de práticas produtivas sustentáveis. (Governo de SP)

## Governo abre consulta pública para programa que movimentará R\$ 100 bilhões até 2060

O Governo de São Paulo acaba de dar um passo decisivo para transformar a realidade do saneamento em 146 municípios. Com um total histórico de R\$ 29 bilhões em movimentação financeira até 2033, R\$ 100 bilhões até 2060, o programa UniversalizaSP promete levar água tratada e coleta de esgoto a milhões de paulistas, reduzir perdas hídricas e garantir mais segurança hídrica para diferentes regiões do estado.

A iniciativa, conduzida pelas Secretarias de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) e de Parcerias em Investimentos (SPI), é um passo fundamental para ampliar a segurança e a resiliência hídrica do estado de São Paulo e acelerar a universalização do acesso aos serviços de água tratada, coleta e tratamento de esgoto. A população já pode conhecer os detalhes do plano regional de saneamento, minutos de contrato e edital, disponíveis para análise até o final de maio, e contribuir com suas ideias na consulta pública do programa.

"Trata-se de um contrato de longo prazo, mais robusto, com



A iniciativa é fundamental para ampliar a segurança e a resiliência hídrica do Estado de São Paulo

regulação mais forte, que dá mais previsibilidade e que fortalece os investimentos em infraestruturas essenciais. Além disso, conta com uma estratégia regionalizada, ampliando a eficiência sem perder de vista as necessidades individuais de cada município participante", ressalta a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende. Cerca de 6 milhões de pessoas

serão beneficiadas pelo programa, com água tratada, coleta e tratamento de esgoto, resiliência urbana e segurança hídrica. O UniversalizaSP também contará com tarifa social, que garante descontos para famílias de baixa renda. Além disso, parte da receita do contrato será devolvida aos municípios por meio dos Fundos Municipais de Saneamento Ambiental e Infraestrutura (FMSAIs).

A modelagem do programa foi construída a partir de um amplo processo de diagnóstico técnico, que incluiu visitas a todos os municípios participantes e a análise de milhares de estruturas operacionais, como sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. Esse levantamento permitiu dimensionar com maior precisão as necessidades de investimento e estruturar soluções compatíveis com as diferentes realidades regionais.

Ainda dentro deste processo participativo, serão realizadas 5 audiências públicas com o objetivo de esclarecer dúvidas, apresentar os principais aspectos da modelagem e colher sugestões de municípios, especialistas, representantes do setor produtivo e da população.

A consulta pública marca uma etapa decisiva na consolidação do programa, abrindo espaço para que a população apresente suas necessidades. Isto permite o aprimoramento das propostas antes da publicação dos editais e da estruturação final dos blocos de prestação regionalizada dos serviços. (Governo de SP)

# Gasolina e alimentos pressionam, e prévia da inflação sobe para 0,89%

O preço dos alimentos e dos combustíveis pressionaram o bolso do brasileiro em abril e fizeram a prévia da inflação do mês fechar em 0,89%. O resultado fica acima do apurado em abril (0,44%) e é o maior desde fevereiro (1,23%).

Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da inflação oficial, acumula 4,37%. Nos 12 meses terminados em março, o IPCA-15 estava em 3,9%.

Os dados foram divulgados na terça-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para chegar à prévia da inflação do mês, o IBGE pesquisa o preço de nove grupos de produ-

tos e serviços.

Confira a evolução e o impacto em pontos percentuais (p.p.):

- Alimentação e bebidas: 1,46% (0,31 p.p.)
  - Transportes: 1,34% (0,27 p.p.)
  - Saúde e cuidados pessoais: 0,93% (0,13 p.p.)
  - Habitação: 0,42% (0,07 p.p.)
  - Vestuário: 0,76% (0,04 p.p.)
  - Despesas pessoais: 0,32% (0,03 p.p.)
  - Artigos de residência: 0,48% (0,02 p.p.)
  - Comunicação: 0,48% (0,02 p.p.)
  - Educação: 0,05% (0,00 p.p.)
- Dentro do grupo alimentação e bebida, o resultado foi influenciado, principalmente, pela alta na alimentação no domicílio, que acelerou de 1,10% em março para 1,77% em abril. Os



produtos que mais contribuíram para essa alta foram:

- Cenoura (25,43%)
- Cebola (16,54%)
- Leite longa vida (16,33%)
- Tomate (13,76%)

- Carnes (1,14%)  
A alimentação fora do domicílio subiu 0,70% (o dobro do mês de março) (0,35%).

O economista-chefe da Associação Paulista de Supermercado

(Apas), Felipe Queiroz, diz que um dos motivos para a alta nos alimentos é o processo de entressafra.

"A menor produção de alguns itens, inclusive leite, tem pressionado o indicador", afirma.

A alta do grupo transportes é explicada pelos combustíveis, que subiram 6,06% no mês. De todos os 377 subítemos (produtos e serviços) pesquisados pelo IBGE, a gasolina foi o que mais pressionou o IPCA-15, com alta de 6,23%, o que representa impacto de 0,32 p.p. O óleo diesel subiu 1,6% no mês, com impacto de 0,04%.

Abril tem sido mais um mês de guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã. O conflito no Oriente Médio tem causado reflexos negativos na indústria do petróleo. Um dos motivos é a situação delicada no Estreito de Ormuz, ao sul do Irã, que tem vivenciado seguidos bloqueios. Pela via marítima, costumava passar - antes da guerra - cerca de 20% da produção mundial de petróleo e gás.

A instabilidade na cadeia de produção resulta em menos oferta do produto e consequente elevação de preços. O petróleo e seus derivados, como a gasolina e o óleo diesel, são commodities, isto é, mercadorias negociadas a preços internacionais. Isso explica por que os preços sobem até mesmo em países produtores, como o Brasil.

O governo brasileiro tem tomado medidas para conter a escalada dos derivados de petróleo, com medidas como a isenção de cobrança de impos-

tos e subsídio a produtores e importadores.

Queiroz, da Apas, "um conjunto de ações adotadas para atenuar os efeitos da guerra sobre a economia doméstica têm apresentado ainda efeito diminuto, mas importante".

## Prévia x mês fechado

O IPCA-15 tem basicamente a mesma metodologia da inflação oficial (IPCA), que serve de base para a política de meta de inflação do governo: 3% no acumulado em 12 meses, com margem de tolerância de 1,5 p.p. para mais ou para menos. Os dados de abril mostram o país dentro do limite de tolerância.

A diferença está no período de coleta de preços e na abrangência geográfica. Na prévia, a pesquisa é feita e divulgada antes mesmo de acabar o mês de referência. Em relação à divulgação desta terça-feira, o período de coleta foi de 18 de março a 15 de abril.

Ambos os índices levam em consideração uma cesta de produtos e serviços para famílias com rendimentos entre um e 40 salários-mínimos. Atualmente o valor do mínimo é R\$ 1.621.

O IPCA-15 coleta preços em 11 localidades do país (as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e Goiânia.); e o IPCA, 16 localidades (inclui Vitória, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju). O IPCA cheio de abril será divulgado em 12 de maio. (Agência Brasil)

## Embraer registra aumento de 22% em pedidos no primeiro trimestre

A Embraer divulgou na segunda-feira (27) sua carteira de pedidos consolidada no trimestre, indicando crescimento de 22% em relação ao primeiro trimestre de 2025. O resultado positivo foi alcançado pelo aumento de pedidos na aviação comercial, com 50% de aumento e uma carteira de pedidos de 15 bilhões de dólares.

A carteira de pedidos da

Embraer alcançou US\$ 32,1 bilhões no primeiro trimestre de 2026, sexto recorde histórico da companhia.

A empresa entregou 44 aeronaves no período, considerando todas as unidades de negócios. O resultado é um aumento de 47% em relação às 30 entregas no primeiro trimestre de 2025 e totaliza 16% das entregas previstas para o ano de 2026. A estimativa para

o ano é entre 240 e 255 aeronaves entregues para Aviação Executiva e Aviação Comercial combinadas.

O destaque foi para as vendas de Aviação Comercial para a Europa, com a aquisição pela aérea finlandesa Finnair de um pedido de até 46 aeronaves E175E2, dos quais 18 para esse trimestre, incluindo encomendas firmes, opções e direitos de compra.

A empresa divulgou, ainda, que as aeronaves da família Phenom 300 foram reconhecidas como o jato leve mais vendido do mundo pelo 14º ano consecutivo.

O segmento de Serviços & Suporte atingiu nível recorde, com valores na casa de US\$5,1 bilhões e registro de crescimento de 11% em relação ao ano anterior. (Agência Brasil)

## BB lança boleto com Pix automático para pagamentos recorrentes

O Banco do Brasil (BB) anunciou na terça-feira (28) uma nova ferramenta para facilitar o pagamento de contas recorrentes: o boleto com Pix automático. A solução, inédita no país, permite que boletos mensais, como contas de luz ou mensalidades, sejam pagos automaticamente após uma única autorização do cliente.

A ferramenta pretende simplificar o processo tanto para quem paga quanto para empresas que recebem, reduzindo etapas e evitando atrasos.

### Como funciona na prática

O funcionamento é simples: ao pagar um boleto com Código QR via Pix, o cliente pode autorizar, naquele momento, que os próximos pagamentos sejam feitos automaticamente.

### Depois disso:

- Os boletos futuros são agendados automaticamente
- O valor é debitado na data de vencimento
- Não é necessário repetir o pagamento todo mês
- O cliente não precisa ter conta no Banco do Brasil para usar a funcionalidade. A autorização pode ser feita por usuários de



qualquer instituição financeira. previamente

### O que muda para o consumidor

Para quem paga contas recorrentes, a principal vantagem é a praticidade. Hoje, o cliente precisa lembrar de pagar cada boleto manualmente ou cadastrar débito automático, nem sempre disponível para todos os serviços.

Com o Pix automático via boleto:
 

- O processo acontece em uma única etapa;
- Há menos risco de esquecer pagamentos;
- O controle continua com o cliente, que precisa autorizar

### Benefícios para empresas

Do lado das empresas, a nova ferramenta busca resolver um problema comum: a inadimplência e a dificuldade de integração entre sistemas.

### Segundo o BB, a solução:

- **Mantém o modelo tradicional** de boleto
  - Permite cobrança de juros e multa por atraso
  - Não exige mudanças complexas nos sistemas
  - Facilita a conciliação financeira (controle de pagamentos recebidos)
- Além disso, o pagamento au-

tomático tende a aumentar a previsibilidade de caixa, já que reduz atrasos e esquecimentos por parte dos clientes.

### Onde está disponível

A primeira empresa a adotar o novo modelo é a Equatorial Energia, que começou a oferecer a opção para clientes em estados como Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas e Amapá.

A expectativa é que a solução seja expandida gradualmente para outras regiões e empresas nos próximos meses.

### Próximas etapas

Inicialmente, o recurso está disponível para empresas que utilizam a API de cobrança do Banco do Brasil, uma ferramenta que integra sistemas de pagamento.

A tendência, segundo o banco, é ampliar o acesso à medida que a tecnologia evoluir e ganhar adesão no mercado.

Na prática, o boleto com Pix automático representa uma tentativa de unir dois formatos já populares no Brasil, o boleto bancário e o Pix, criando uma alternativa mais simples e eficiente para pagamentos recorrentes. (Agência Brasil)

## Derrocada do conglomerado do Master reduz patrimônio do FGC em R\$ 17,1 bilhões

O FGC (Fundo Garantidor de Créditos) terminou 2025 com um patrimônio líquido de R\$ 123,2 bilhões, uma queda de 12,25% em relação aos R\$ 140,4 bilhões de 2024, antes da onda de liquidações envolvendo o Banco Master.

Balanco divulgado na terça-feira (28) aponta que, considerando os valores arrecadados com os bancos associados ao fundo e os valores pagos com os reembolsos, houve déficit de R\$ 17,1 bilhões no ano passado.

O FGC garante até R\$ 250 mil, por CPF ou CNPJ, para investimentos em produtos como conta corrente, poupança, CDB, RDB, LCI, LCA e LCD, por instituição financeira associada ou conglomerado.

As liquidações extrajudiciais de Banco Master, Master de Investimentos e Letsbank levaram o fundo a reservar R\$ 40,6 bilhões ao final de 2025 para pagamento de garantias aos credores, que começou em 17 de janeiro de 2026.

Já as liquidações de Will Bank e Pleno, também ligados ao conglomerado de Daniel Vercora, demandaram mais R\$ 11,2 bilhões.

Ao total, foram provisionados R\$ 51,8 bilhões e pagos R\$ 49 bilhões, ou seja, 94,5% do total. O restante depende do cadastramento dos credores nas plataformas do FGC. Até o momento, o pagamento de garantias já alcançou 870 mil clientes e investidores dessas instituições.

As contribuições das instituições associadas totalizaram R\$ 6,3 bilhões em 2025, ante R\$ 5,7 bilhões em 2024. Além disso, o resultado financeiro dos investimentos do fundo alcançou R\$ 21,8 bilhões, acima dos R\$ 10,8 bilhões do ano anterior, com rentabilidade correspondente a 99,39% da Selic média para o período.

Os depósitos elegíveis à garantia do FGC, que devem crescer e somavam R\$ 5,53 trilhões ao final de 2025 ante R\$ 5 trilhões em 2024. Os depósitos a prazo cresceram 11,81% na comparação anual e passaram a representar 58,7% do total dos instrumentos elegíveis à garantia do FGC.

Estavam cobertos pelos limites do fundo 47,93% do total. Em relação a contas individuais, 99,65% estavam integralmente cobertas pela garantia. Dados os gastos do FGC

com o Master, o fundo aprovou junto aos seus associados o adiamento de 60 meses de contribuições, que foi pago ao fim de março.

Entre os dias 23 e 25, o fundo recebeu R\$ 32,2 bilhões, o que deixou o patrimônio líquido em R\$ 118,5 bilhões ao fim do primeiro trimestre de 2026.

Este valor pago pelos bancos saiu do depósito compulsório de cada uma das instituições no Banco Central, de modo a minimizar o impacto no sistema financeiro. Compulsório é a fatia dos depósitos que cada banco deve deixar guardada no BC para assegurar sua liquidez e estabilidade.

### QUE É OFGC

O FGC é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado. É ele que protege o brasileiro contra a falência de todas as instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central a funcionar no Brasil. O fundo foi criado em 1995, após autorização do CMN (Conselho Monetário Nacional), em meio a crise bancária que levou diversos bancos à falência. O seu objetivo final, além de garantir depósitos e investimentos até R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ, é conferir estabilidade ao sistema financeiro.

### SÃO GARANTIDOS PELO FGC:

- depósitos à vista ou saques mediante aviso prévio;
- poupança;
- depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, como CDB e RDB;
- depósitos mantidos em contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro e controle do fluxo de recursos referentes a prestação de serviços de pagamento de salários, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares;
- LC (letra de câmbio)
- LH (letra hipotecária)
- LCI (letretras de crédito imobiliário)
- LCA (letras de crédito do agronegócio)
- LCD (letras de crédito do desenvolvimento)
- operações compromissadas que têm como objeto títulos emitidos, após 8 de março de 2012, por empresa ligada. (Folhapress)

## Redução da jornada vai favorecer o empreendedorismo, diz ministro

A redução da jornada de seis dias de trabalho por um de descanso terá impacto positivo não apenas para a qualidade de vida das pessoas, favorece também a economia, estimulando iniciativas empreendedoras para novos negócios, segundo o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira.

Pereira participou, na terça-feira (28), do programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "Objetivamente falando, a redução é boa para o empreendedorismo. Ela vai criar mais tempo livre para as pessoas, mais autonomia para consumir e, inclusive, para empreender", avalia.

Paulo Pereira não vê incompatibilidades entre a redução da escala de 6 por 1 e o mundo do empreendedorismo.

É exatamente este "espírito da autonomia", da liberdade de escolha sobre o que fazer com o

próprio tempo, o que está por trás da proposta de redução da jornada, defende o ministro.

"O que estimula o empreendedorismo é, muitas vezes, a busca por autonomia", reforçou. "Estou convencido disso. Se a nova escala [com dois dias de folga semanal] for aprovada, vamos aumentar o empreendedorismo no Brasil. Teremos um direito de gente usando esse tempo novo para fazer mais renda, seja com aplicativo, com um serviço novo, ou para se preparar para uma mudança de carreira", acrescentou.

Segundo o ministro, o impacto na economia pode ser positivo, tanto para o fortalecimento do nosso mercado interno como para a geração de novos negócios e novas forças de trabalho.

### Base da pirâmide

Para Paulo Pereira a redução da jornada afetará positivamente de forma especial os trabalhadores de menor renda. Pessoas

que, em geral, segundo disse, moram mais longe e dedicam mais tempo da vida ao trabalho.

"São pessoas que têm mais dificuldades", argumentou. O ministro reiterou que muitas das críticas à redução da jornada são apenas repetições de discursos históricos de uma elite que, em outros tempos, foi contrária ao fim da escravidão e, depois, contrária aos direitos trabalhistas.

"Esse medo já existiu quando a gente implementou o salário mínimo, quando a gente implementou as férias, o décimo terceiro. Até quando acabaram com a escravidão existiu muito desse discurso", disse.

"Toda vez que a gente apresenta uma nova gama de direitos aos trabalhadores, surge o medo de que o aumento de custo vai afetar a produtividade brasileira e que a economia brasileira vai acabar. E a história acaba. Continua forte", acrescentou. Paulo Pereira disse que o governo estará atento para, se ne-















## Dimensa S.A. - CNPJ nº 27.331.185/0001-00

Custo	Consolidado					Total do Inteiro
	Software	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Ativos de desenvolvimento (I)	Outros (II)	
<b>Saldos em 2023</b>	<b>19.688</b>	<b>12</b>	<b>19.312</b>	<b>1.873</b>	<b>1.373</b>	<b>110.066</b>
Adições	-	-	52.413	5.431	-	61.398
Combinação de negócios	17.275	-	-	-	-	131.086
Basas	18.081	127	-	-	619	19.907
<b>Saldos em 2024</b>	<b>36.963</b>	<b>127</b>	<b>71.725</b>	<b>7.304</b>	<b>1.373</b>	<b>199.464</b>
Adições	-	-	-	5.222	-	5.222
Combinação de negócios	107.783	9.006	16.897	8	7.155	131.711
<b>Saldos em 2025</b>	<b>144.746</b>	<b>9.006</b>	<b>88.622</b>	<b>12.534</b>	<b>8.528</b>	<b>331.175</b>
<b>Amortização</b>	<b>(6.902)</b>	<b>(3.078)</b>	<b>(17.121)</b>	<b>(186)</b>	<b>(119.978)</b>	<b>(139.978)</b>
Amortização do exercício	(12.910)	(4.296)	(17)	(196)	(9.431)	(27.840)
Combinação de negócios	(18.081)	-	(179)	-	(1.440)	(19,907)
<b>Saldos em 2024</b>	<b>(18.393)</b>	<b>(7.863)</b>	<b>(17,229)</b>	<b>(837)</b>	<b>(884)</b>	<b>(23,569)</b>
Amortização do exercício	(10,810)	(5,28)	(1,73)	(837)	(818)	(18,280)
Combinação de negócios	(6,580)	(2,579)	(1,496)	-	-	(10,805)
<b>Saldos em 2025</b>	<b>(29,389)</b>	<b>(15,777)</b>	<b>(17,274)</b>	<b>(2,566)</b>	<b>(2,948)</b>	<b>(62,644)</b>
<b>Valor residual</b>	<b>115,357</b>	<b>8,429</b>	<b>71,348</b>	<b>9,968</b>	<b>5,880</b>	<b>311,175</b>
<b>Saldos em 2024</b>	<b>29,370</b>	<b>13,336</b>	<b>63,382</b>	<b>5,578</b>	<b>3,789</b>	<b>199,464</b>
Taxa média ponderada de amortização anual	9,81%	13,33%	10,2%	20%	18,85%	27,320
Vida útil (em anos)	5 a 19,5	7,5	10 a 18,9	5	5 a 7	-

(I) A capitalização de desenvolvimento totalizou R\$5.222 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$5.431 em 31 de dezembro de 2024), correspondente, em sua grande maioria, a projetos voltados ao plano estratégico da Companhia e suas controladas. A amortização dos ativos de desenvolvimento se inicia quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está disponível para uso e vendas;

(II) Contempla, basicamente, direito de não concorrência oriundo de alocação de preço de compra das combinações de negócios.

A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos amortizados em combinação de negócios são fundamentadas em estudos técnicos de empresa especializada independente.

**12.1. Movimentação de Ativo - A seguir apresentamos a composição dos ativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:**

2023	Combinação de negócios		Combinação de negócios		2025	
	2023	2024	2025	2024	2025	2024
UGC Quiver	61.398	61.398	-	-	61.398	-
UGC Agger	-	-	131.711	131.711	-	-
UGC Dimensa	118.066	118.066	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>118.066</b>	<b>61.398</b>	<b>179.464</b>	<b>131.711</b>	<b>311.175</b>	<b>131.711</b>

**12.2. Análise do valor recuperável de ativos** - As unidades geradoras de caixa ("UGCs") da Companhia são definidas e partem da visão de negócio que a Administração tem sobre seus negócios, levando em consideração as atividades de empresas ao longo do ano. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia realizou a UGC Dimensa. Para fins de teste de impairment, as premissas adotadas para projeção dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Companhia e suas controladas, aprovado anualmente pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração em relação às condições econômicas que ocorrerão durante a vida econômica destes ativos para as diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das projeções, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As premissas de crescimento do fluxo foram estabelecidas em termos nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: "Taxa de desconto" - representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pelo pagamento do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados; que não foram incorporadas nas premissas atuais no modelo de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado no modelo WACC, refletindo os riscos específicos dos ativos e a estrutura de capital da UGC. Os fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas variando de 17,28% a 27,88%. a. Perpetuidade - taxa de crescimento nominal utilizada para extrapolar as projeções de 5% de 0. O teste de recuperação realizado na data-base de 30 de setembro de 2025 resultou em um valor recuperável estimado de R\$ 473,493 mil, montante superior ao valor contábil líquido (carrying amount) de R\$ 299,763 mil. Desta forma, na reavaliação dos ativos, não houve reconhecimento de perda, não sendo necessária a constituição de provisão, situação que se manteve até o período findo em 31 de dezembro de 2025.

**13. Obrigações sociais e trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

2025	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários a pagar	4.344	3.912	5.339	5.306
Férias a pagar	12.179	11.107	13.114	11.414
Participação nos resultados e bônus	5.465	-	5.330	2.122
RRF a receber	3.623	3.460	4.219	4.020
Outros	148	283	446	313
<b>Total</b>	<b>26.559</b>	<b>19.362</b>	<b>33.568</b>	<b>25.342</b>

**Obrigações sociais**

2025	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
FGTS a pagar	1.016	928	1.321	1.161
INSS a pagar	2.123	1.496	2.884	1.735
<b>Total</b>	<b>3.139</b>	<b>2.424</b>	<b>4.205</b>	<b>2.896</b>

**14. Obrigações fiscais:** Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os saldos de obrigações fiscais são assim compostos:

2025	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CPRB a receber	258	1.110	1.378	-
ISS a receber	670	383	1.026	857
PIS e COFINS a receber	2.684	3.166	2.913	614
IRPJ e CSLL a receber	907	383	2.103	1.283
IR e CSLL tributos	63	71	86	88
Outros tributos	298	286	298	286
<b>Total</b>	<b>5.562</b>	<b>4.745</b>	<b>8.286</b>	<b>6.248</b>

**15. Empréstimos e arrendamentos:** As operações de empréstimos e arrendamentos podem ser assim resumidas:

2025	Empréstimos financeiros anuais		Arrendamentos		2024	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Arrendamento mercantil	807	1.582	807	1.594	-	-
Passivo circulante	807	1.582	807	1.594	-	-
Passivo não circulante	118	1.094	118	1.094	-	-

(I) A taxa de juros nominal média ponderada para os arrendamentos de direito de uso de imóveis e de 13,58% a.a. (10,09% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

2026	Controladora		Consolidado	
	2026	2025	2026	2025
2026	-	938	-	938
2027	118	1.180	118	1.180
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>2.024</b>	<b>118</b>	<b>2.024</b>

Abaixo, demonstramos a movimentação dos empréstimos e arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

2025	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.982</b>	<b>1.601</b>	<b>1.994</b>	<b>1.601</b>
Remuneração de arrendamento de direito de uso	(532)	1.266	(334)	1.266
Aquisição de controladas - empréstimo	-	-	13.116	614
Juros incorridos	71	83	734	70
Basas de arrendamento por direito de uso	70	(83)	(734)	(117)
Amortização de juros	(64)	(855)	(13,919)	(3,377)
Amortização de principal	(64)	(855)	(13,919)	(3,377)
<b>Saldo final</b>	<b>807</b>	<b>1.582</b>	<b>807</b>	<b>1.594</b>

As alterações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária sobre os arrendamentos. A seguir apresentamos as obrigações brutas de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

2025	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Menos de um ano	714	968	714	968
Mais de um ano e menos de cinco anos	139	1.129	139	1.129
<b>Total</b>	<b>853</b>	<b>2.097</b>	<b>853</b>	<b>2.097</b>

Encargos de financiamento futuro sobre arrendamentos

2025	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil</b>	<b>807</b>	<b>1.582</b>	<b>807</b>	<b>1.594</b>
Passivo circulante	298	286	298	286
Passivo não circulante	118	1.094	118	1.094

**16. Debitantes:** A seguir apresentamos a movimentação das debitantes em 31 de dezembro de 2025:

2025	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>21.127</b>	<b>21.127</b>
Combinação de negócios	2.130	-
Juros incorridos	(2.130)	-
(I) Amortizações de juros	(2.130)	-
(II) Pagamento do principal	(2.130)	-
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>18.867</b>	<b>18.867</b>

**DIRETORIA**

**DANIEL COIFMAN BERGMAN** - Presidente **RICARDO FOLHAS CAPELLA** - Diretor Financeiro

**WAGNER BOTTONI** - Diretor de Operações **HUDSON BASILIO MAGRI** - Contador - CRC: 15P304325/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, não podemos garantir que os riscos de distorção referentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria suficiente e adequada para não distorção relevante resultante de fraude de maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Outros entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à interrupção significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. • Avaliamos se existe incerteza relevante, devendo chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusão está fundamentada nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo com base para fins de apresentação de uma opinião sobre os resultados do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos nos nossos relatórios de governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, do escopo da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais distorções ou falhas identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos nossos clientes, por meio de nossos relatórios de governança declarando de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

São Paulo, 28 de abril de 2026

**KPMG** KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC: 220114428/O-6 **Wagner Bottino** Contador CRC: 15P196907/O-7

## O JORNAL CERTIFICA AS PUBLICAÇÕES COM PLENITUDE DE RESPONSABILIDADE E INDEPENDÊNCIA, CUMPRINDO AS NORMAS JURÍDICAS. FINAL, O JORNAL É LEGAL.

**emp** Associação de Empregadores do Brasil **abr** Associação Brasileira de Recursos Humanos **adri** Associação dos Jornalistas e Editores Profissionais do Interior







ORIZON CTR METROPOLITANA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 42.805.925/0001-50

Table with financial data for Orizon Ctr Metropolitana Participações S.A. including Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Fluxos de Caixa, and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido for periods 31/12/2024 and 31/12/2025.

Sumitomo Corporation do Brasil S.A.

CNPJ: 16.012.021/0001-11

Table with financial data for Sumitomo Corporation do Brasil S.A. including Balanços Patrimoniais, Demonstrações de Resultados, Fluxos de Caixa, and Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido for periods 2025 and 2024.

Governo libera R\$ 330 milhões para segurar preços do gás de cozinha

Uma medida provisória publicada na terça-feira (28) abre crédito extraordinário de R\$ 330 milhões para subsidiar a importação de gás de cozinha, em meio à alta dos preços provocada pelo cenário internacional.

O recurso será usado para garantir que o gás liquefeito de petróleo (GLP) importado seja vendido no Brasil pelo mesmo preço do produto nacional, evitando repasses mais elevados ao consumidor final.

A medida faz parte de um pacote anunciado no início de abril para conter os impactos da guerra no Oriente Médio sobre os combustíveis. O conflito elevou o preço do petróleo no mercado internacional, o que pressiona diretamente o custo do gás e do transporte.

Na ocasião, o governo anunciou um subsídio de R\$ 850 por tonelada para o produto importado. A medida busca equiparar o preço ao GLP nacional e reduzir o impacto no custo do gás de cozinha, especialmente para famílias de baixa renda.

Na prática, o subsídio funciona como uma compensação: o governo cobre parte do custo da importação para que distribuidoras não precisem repassar integralmente a alta ao consumidor.

Segundo o Palácio do Planalto, o objetivo é proteger o orçamento das famílias, especialmente em áreas de baixa renda, que são mais afetadas por aumentos no preço do botijão.

A subvenção vale, inicialmente, para o período de 1º de abril a 31 de maio, podendo ser prorrogada.

Arrecadação federal bate recorde com R\$ 229,2 bi em março

A arrecadação de impostos e contribuições do governo federal atingiu R\$ 229,2 bilhões em março de 2026, divulgou na terça-feira (28) a Receita Federal.

Maior valor registrado para o mês desde o início da série histórica, em 1995, o resultado representa crescimento real de 4,99% em relação a março do ano passado, já descontada a inflação.

No acumulado do primeiro trimestre, também houve recorde: o governo arrecadou R\$ 777,12 bilhões, com alta real de 4,6% na comparação com o mesmo período de 2025.

Principais números R\$ 229,2 bilhões: arrecadação em março (recorde para o mês); +4,99%: crescimento real frente a março de 2025;

R\$ 777,12 bilhões: arrecadação no 1º trimestre (recorde); +4,6%: alta real no trimestre; R\$ 8,3 bilhões: arrecadação com Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em março;

+50,06%: crescimento real do IOF no mês; +44,45%: alta do IOF no acumulado do ano.

O que explica o aumento Segundo o Fisco, o crescimento da arrecadação foi impulsionado principalmente por:

Aumento da contribuição para a Previdência Social (ligada aos salários); Desempenho do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição sobre Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que incidem sobre consumo e serviços;

Alta na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de capital; Forte crescimento do IOF.

O avanço do IOF, em especial, está ligado a mudanças nas regras do imposto adotadas em 2025, que elevaram a tributação sobre operações de crédito e câmbio.

Além disso, o aumento do emprego formal e da massa salarial ajudou a elevar a base de arrecadação, já que mais trabalhadores passaram a contribuir.

O resultado também refletiu

Governo suspende 3,5 milhões de multas por não pagar pedágio

O governo federal anunciou a suspensão por 200 dias de 3,5 milhões de multas registradas por falta de pagamento da tarifa do pedágio eletrônico do modelo free flow (pedágio eletrônico sem cancelas), que deveriam ter sido quitadas em até 30 dias após a passagem pela rodovia estadual ou federal.

No prazo de 200 dias, os motoristas deverão regularizar os débitos atrasados. Quem pagar as tarifas até 16 de novembro, também poderá recuperar os cinco pontos perdidos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Em entrevista coletiva, na sede do Ministério dos Transportes, em Brasília, o ministro Guilherme Boulos defendeu que a suspensão temporária das multas é uma questão de justiça por que muitos dos motoristas multados nesse período não tinham a devida informação sobre como pagar o pedágio do tipo free flow ou mesmo sabiam que estavam sendo tarifados.

Boulos reforçou que uma inovação tecnológica deve beneficiar o cidadão, não causar prejuízo a ele.

"Ninguém em sã consciência troca uma tarifa de R\$ 5 por uma multa de quase R\$ 200. Nós estamos falando aqui de 40 vezes mais. As pessoas acabaram sendo multadas porque, às vezes, não sabiam que teriam que ter a tag [no veículo] ou não sabiam que aquilo era um pedágio. E isso acaba levando a uma ideia de pegadinha."

Durante os 200 dias, também está vetada a aplicação de novos autos de infração pelo não pagamento de tarifas de pedágio eletrônico.

A partir de 17 de novembro, os usuários com tarifas em aberto terão que arcar com os valores do pedágio e da multa por atraso no pagamento.

As autoridades também comunicaram o prazo de 100 dias dado às empresas que administram os pedágios eletrônicos nas rodovias para que ajustem seus sistemas; concluem a padronização e a integração de dados com o Sistema Nacional de Trânsito (SNT); e sinalizam corretamente os portões de cobrança eletrônica nas rodovias, em áreas não urbanas.

As concessionárias responsáveis pelas vias precisam garantir



Foto: Marcelo Camargo/Boh

que o motorista saiba exatamente quando passou por um portão de cobrança e qual o valor da tarifa, por meio de informações disponibilizadas para consultas diretamente nos canais (sites e aplicativos) dessas empresas.

O secretário Nacional de Trânsito do Ministério dos Transportes, Adrualdo de Lima Catão, explicou que o governo reconhece que o cidadão não pode ser punido por falta de pagamento do pedágio se o sistema das concessionárias não for claro, transparente ou integrado.

"O governo está dando a solução tecnológica para essa necessidade de transparência com esse prazo de 100 dias. Após isso, todos os problemas elencados tendem a ser resolvidos, atendendo ao direito do cidadão."

**Cobrança na CNH Digital** Outro anúncio feito nesta terça-feira é de que as informações sobre passagens e débitos de pedágio eletrônico serão centralizadas no aplicativo CNH do Brasil, criado pelo Ministério dos Transportes, e que representa a evolução da Carteira Digital de Trânsito (CDT).

O objetivo principal é possibilitar o acesso às informações necessárias para o pagamento das tarifas em um único ambiente digital, a partir da integração dos sistemas das concessionárias.

No aplicativo digital, o usuário poderá consultar todos os registros de pedágio eletrônico do seu veículo, os valores pendentes, as formas e locais de pagamento do free flow, independentemente da rodovia, da concessionária ou da rodovia em que

transitar (federal, estadual ou municipal).

O CNH do Brasil está disponível em lojas de aplicativos para ser baixado em dispositivos móveis. O Ministério dos Transportes afirma que o aplicativo conta com mais de 70 milhões de usuários ativos.

O ministro dos Transportes, George Santoro, que também preside o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), afirmou que a padronização da informação representa uma virada regulatória, colocando o usuário no centro do sistema.

"Qualquer motorista terá as informações centralizadas na Senatran [Secretaria Nacional de Trânsito] e poderá acessar, pela CNH do Brasil, os registros de passagem e as formas de pagamento, independentemente da concessão ou do estado por onde trafegou", afirmou.

**Ressarcimento**

Caso o motorista já tenha realizado o pagamento de multa de trânsito e, ao mesmo tempo, o pagamento da tarifa de pedágio correspondente dentro do prazo previsto de 200 dias, o usuário poderá entrar com o pedido de ressarcimento do valor da multa.

O usuário deverá recorrer junto ao órgão de fiscalização de cada unidade da federação responsável pela atuação e, no processo, deverá comprovar o pagamento da tarifa de pedágio.

**Multa**

Se o motorista passar por um portão sem TAG e não efetuar o pagamento em até 30 dias, a conduta é configurada como in-

fração de trânsito pelo Artigo 209-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) como "evasão de pedágio".

A penalidade é classificada como grave e gera multa de R\$ 195,23 e cinco pontos na Carteira Nacional de Habilitação.

Ao todo, o sistema do Ministério dos Transportes contabiliza mais de 3,5 milhões de infrações de trânsito por não pagamento dentro do prazo. No sistema free flow, cada passagem por um portão sem o devido pagamento gera uma infração individual.

A tecnologia free flow permite a cobrança de pedágio eletrônico em rodovias. O sistema utiliza portões metálicos instalados sobre a pista, equipados com sensores, câmeras de alta definição e antenas. A identificação ocorre de duas formas principais:

"etiqueta eletrônica (TAG): a antena no portão lê o adesivo colado no para-brisa do veículo. O valor é debitado automaticamente da conta do usuário junto à operadora;

leitura de placas do veículo por meio de câmeras. Se o motorista não possui uma TAG, ele deve pagar o pedágio em canais digitais da concessionária (site, app ou WhatsApp) no prazo de até 30 dias.

O pedágio eletrônico evita que o motorista pare em praças de pedágio físicas ou mesmo interrompa o tráfego e pode representar justiça tarifária, pois permite a implementação do pagamento por quilômetro rodado.

Em sistemas tradicionais de cobrança física, o motorista paga o valor cheio mesmo que saia da rodovia logo após a praça. (Agência Brasil)

dois fatores principais:

Crescimento da atividade econômica, que aumenta consumo e renda;

Mudanças tributárias adotadas nos últimos anos.

Entre essas medidas, estão ajustes na tributação de investimentos, reorganização de setores e aumento de impostos sobre operações financeiras e importações.

**Relação com as contas públicas**

A arrecadação é uma das principais fontes de receita do governo e tem papel central no cumprimento da meta fiscal. Para 2026, a meta oficial é gerar um superávit equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na prática, o aumento da arrecadação ajuda o governo a reduzir o déficit das contas públicas, embora projeções ainda indiquem possibilidade de resultado negativo ao final do ano.

**Tributação de dividendos**

Um dos fatores recentes que também começa a contribuir para a arrecadação é a taxa de dividendos. Em março, o governo arrecadou cerca de R\$ 308 milhões com esse tipo de tributação.

A medida passou a valer em 2026 e prevê a cobrança de 10% de imposto sobre dividendos acima de R\$ 50 mil recebidos por pessoas físicas.

A mudança foi adotada como forma de compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Embora ainda represente uma parcela pequena do total arrecadado, a expectativa é que essa fonte de receita ganhe relevância ao longo do tempo.

**Tendência**

Os dados mostram que 2026 começou com arrecadação em níveis historicamente elevados, repetindo o padrão observado em 2025. O desempenho ao longo do ano dependerá da evolução da economia, do mercado de trabalho e de novas medidas fiscais. (Agência Brasil)